



Fragmentação Territorial da Antiga Província de Santa Cruz de Goiás

Cleusa Maria da Silva¹

Resumo: O presente trabalho traz estudos pertinentes acerca do processo de ocupação da região mineradora de Santa Cruz de Goiás no período colonial, que se configurou na Província de Santa Cruz e, posteriormente, se fragmentou territorialmente dando origem a vários municípios. O estudo visa compreender o processo de ocupação desta área do território goiano, bem como, o processo político-administrativo que resultou na formação de diversos municípios da Região Sudeste de Goiás. Trabalho que resgata uma parte da história de Goiás, propiciando aos leitores a compreensão do processo de territorialização do Sudeste Goiano. Para a realização desta pesquisa buscou-se vários autores que retrataram a história de cada município e, principalmente, e na Enciclopédia dos Municípios do IBGE (1968). Posteriormente, produziu-se um desenho da área estudada e as mudanças territoriais que ocorreram ao longo dos séculos. Para finalizar apresenta-se um panorama atual dos municípios.

Palavras-Chave: Período Colonial. Santa Cruz de Goiás. Fragmentação Territorial.

The Territorial Fragmentation of the Former Province of Santa Cruz de Goiás

Abstract: This article presents pertinent studies about the occupation of the mining region of Santa Cruz de Goiás in the colonial period, which was configured in the Santa Cruz Province and later fragmented territorially giving rise to several municipalities. The study aims to understand the process of occupation of this area of Goiás territory, as well as the political-administrative process that resulted in the formation of several municipalities in the Southeast Region of Goiás. This work rescues a part of the history of Goiás, providing readers with understanding of the process of territorialization of Southeast Goiania. For the accomplishment of this research several authors that portrayed the history of each municipality and, mainly, and in the Encyclopedia of the Municipalities of the IBGE (1968). Later, a drawing of the studied area was produced and the territorial changes that have occurred throughout the centuries. Finally, a current panorama of the municipalities is presented.

Keywords: Colonial Period. Santa Cruz de Goiás. Territorial Fragmentation.

Introdução

A ocupação do território brasileiro se efetivou através da exploração dos recursos naturais, movida pelo sistema mercantilista, organizado pela coroa portuguesa. A disponibilidade de recursos permitiu a expansão do capitalismo e este, por sua vez, definiu o processo de construção do território e da sociedade. O povoamento, associado à ocupação econômica intensificou o movimento de

¹ Doutora em Políticas, Estratégias e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora e Coordenadora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Pires do Rio).



homens, capitais, produtos, mercadorias e serviços, desencadeando o processo de urbanização, e, os interesses políticos promoveram a fragmentação territorial.

Ao longo dos dois primeiros séculos de ocupação e povoamento foram frequentes as entradas e bandeiras, expedições de caráter misto – oficial e/ou privado – que penetraram o interior da colônia brasileira, explorando, coletando, mapeando e, sobretudo, em busca de encontrar ouro, prata e pedras preciosas, bem como, aprisionar os indígenas.

Essas duas formas de penetração territorial correspondem às expedições de desbravamento que ocorreram no Brasil Colônia entre os séculos de XVII e XVIII. As entradas eram expedições oficiais, organizadas pelo governo da colônia, que saiam do litoral rumo ao interior do território brasileiro. Já as bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas, que saiam de São Paulo em direção ao interior do Brasil.

As bandeiras e entradas fomentaram a formação de inúmeras cidades, como o caso da cidade de Santa Cruz de Goiás, que deu nome à antiga Província e, depois, Estado de Goiás. Essa foi a forma como se deu a ocupação e, posteriormente, a fragmentação do território que resultou na formação de vários municípios, dos quais se ocupa este artigo, priorizando a compreensão do processo histórico que se configurou na estrutura político-administrativa de parte do Sudeste Goiano, que compreende atualmente os municípios de Pires do Rio, Palmelo, Santa Cruz de Goiás, Orizona, Cristinápolis.

Processo de Ocupação e sua Evolução

O processo de ocupação e transformação do território brasileiro tem se constituído pela predominância da produção econômica, tanto em nível regional como nacional. Desde o período colonial, o desenvolvimento de diversas regiões e a formação de núcleos urbanos ou a incorporação territorial de áreas agrícolas, encontram-se associadas às atividades econômicas. Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) contribuem para a compreensão da forma como se deram os usos e apropriações do território brasileiro nos diferentes momentos históricos. Assim, a primeira divisão territorial do que se configurou no território brasileiro foram as Capitânicas Hereditárias que duraram até 1759, quando a hereditariedade foi extinta, mas com a perduração das Capitânicas até os anos que precederam a independência.

Com a ocupação de novas terras resultantes do adentramento para o interior da Colônia, especialmente, no século XVIII, período da descoberta e exploração de metais preciosos, surgiram as



Províncias, que perduraram por todo o período imperial, dando origem aos Estados no período republicano.

Em 1709 os portugueses criaram sete províncias (Grão-Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, São Pedro, Maranhão e Pernambuco). As províncias se constituíram em subdivisões do território brasileiro e após a independência do Brasil, em 1822 novas províncias foram criadas. A divisão se deu segundo interesses e riquezas dos ocupantes de cada fração do território brasileiro.

A Província de Santa Cruz de Goiás surgiu em função da extração de ouro no local, a partir da divisão da Capitania de São Paulo. Segundo Demétrio Magnoli (1997), as atividades econômicas no interior do Brasil fomentaram a divisão administrativa no território brasileiro. A Província de Santa Cruz de Goiás presenciou várias formas do processo de ocupação, primeiramente, com a chegada dos bandeirantes com a preação de índios Kayapó e a procura de minas de ouro. Com a descoberta das minas tem início o processo de urbanização.

Enquanto o Nordeste açucareiro se desenvolvia, a população paulista do Sudeste vivia numa situação de pobreza. Os ditos homens bons dirigiam as bandeiras de devassamento na caça aos índios para o trabalho, munidos de armas de fogo adentravam aos sertões aprisionando, saqueando e matando os silvícolas arredios.

Inicialmente, havia dificuldade de penetração, limitando-se à ocupação da porção litorânea. O processo colonial, porém, era de expansão capitalista em que eram empregados vultuosos capitais que necessitavam multiplicar-se; para isso, restauram formas de acumulação primitiva, como a escravidão, em vista da falta de disponibilidade de reservas populacionais pobres que pudessem ser proletarizadas (ANDRADE, 1995, p. 20-21).

Percebe-se, de acordo com o exposto no fragmento, o quanto a escravidão significou para o Brasil, sustentando a acumulação primitiva e a forma de trabalho na exploração dos metais. O adentrar ao sertão pelos bandeirantes resultou na descoberta do ouro nas Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Para compreender a ocupação de Goiás, a área pesquisada se constitui em um ótimo exemplo, pois vivenciou várias fases do processo de ocupação.

Durante a mineração do ouro nas regiões de Goiás, o garimpo era uma atividade que resultou em núcleos urbanos. A descoberta do ouro pelos bandeirantes atraiu inúmeras pessoas para as minas e povoados surgiam ao longo dos córregos e ribeirões, no fundo de vales ou nas encostas dos morros. Em meados de 1722², na área onde hoje se localiza a cidade de Santa Cruz, o então capitão General

² Conforme documentos consultados no Museu Municipal de Santa Cruz de Goiás. Arquivo 1, manuscritos livro 2.



Rodrigo César de Menezes, dentro de suas atribuições legais, ordenou a Manoel Dias da Silva que se deslocasse até as minas de Cuiabá, mineração subordinada à Capitania de São Paulo. Seguindo uma espécie de itinerário ao rumo desejado e já em terras da tribo dos Goyazes, Dias da Silva se ateve num sítio para descanso da grande comitiva. Pesquisando a área constatou que havia ouro em grande abundância e de ótimo teor. Em agradecimento a Deus pela valiosa descoberta, ergueu uma grande cruz com os seguintes dizeres “Viva o Rei de Portugal”.

Assim, Dias da Silva deu àquele sítio o nome de Santa Cruz. A fixação da cruz constituiu-se em espécie de posse da terra. A descoberta foi feita pelo faiscador Clemente e o morro onde foi encontrado o ouro recebeu o nome de Morro do Clemente. Também foi encontrado ouro no córrego do açude, hoje Água Suja. O governador da Província de São Paulo ordenou que se incrementasse no arraial de Santa Cruz a exploração racional da mineração. Providenciou a contratação do mineiro Pedro Rodrigo de Moraes, a quem foi entregue trezentos escravos.

O ouro de Santa Cruz não era só de aluvião, mas também incrustado nas rochas do morro do Clemente, o que provocou a vinda de um contingente maior de pessoas para o arraial. Uma epidemia de tifo assolou a região e a mina foi interditada em 1768. Morreu quase toda a população, mas apesar da interdição continuou o afluxo de garimpeiros para o local. Ainda hoje é possível encontrar vestígios da mina no morro do Clemente e a cidade de Santa Cruz traz na sua arquitetura traços do Brasil Colonial.

Com a criação da Capitania de Goiás em 1744 e com a chegada do governador em 1749, Goiás ganhou uma nova dinâmica, aumentou o contingente populacional, o que propiciou o desenvolvimento do comércio e da urbanização. A mineração teve uma duração efêmera e com o esgotamento do ouro, a atividade entrou em declínio e a pecuária, que esteve presente nas regiões das minas, tornou-se a principal atividade econômica de Goiás, dando continuidade ao processo de ocupação.

De Santa Cruz de Goiás saíram várias pessoas que foram ocupar outras áreas e formar novos centros urbanos no Sudeste de Goiás. Por volta de 1830, alguns caçadores do povoado de Santa Cruz, buscando chegar a Bonfim, hoje Silvânia, se depararam com uma grande área de mata. Ao retornarem a Santa Cruz divulgaram o fato e José Pereira Cardoso, ao saber da notícia deslocou-se de Santa Cruz, onde estava provisoriamente, recém-chegado de Minas Gerais, rumou para a área e tomou posse juntamente com sua família, dedicando-se à pecuária e à agricultura. Mantendo a tradição religiosa



construiu uma igreja dedicada à Nossa Senhora da Piedade, onde surgiu um povoado denominado Capela dos Correias.

Esse povoado consolidou-se através da afluência de familiares dos pioneiros vindos de Minas Gerais que se dedicaram à prática da pecuária. Em 8 de julho de 1909, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 347, tornou-se cidade e foi denominada de Campo Formoso (IBGE, 1953). Juntamente com a pecuária, destacou-se na economia goiana como a maior produtora de arroz, por isso, ficou decretado que o município chamaria Orizona – terra do arroz, visto que já existia outro município com o nome de Campo Formoso. Esse fato se passou em 31 de dezembro de 1943, mediante Decreto-Lei Estadual nº 8.305 (IBGE, 1953). A atividade pecuária permanece até hoje, tornando Orizona a terceira maior bacia leiteira do Estado de Goiás.

Juntamente com a pecuária, as tradições religiosas marcaram a história do processo de ocupação. Várias são as cidades que surgiram em função da religião. O exemplo de Orizona, que teve sua origem ao redor de uma igreja, assim como Cristinópolis. Um grupo de protestantes perseguidos em Santa Cruz recebeu uma parte da terra do proprietário da fazenda Gameleira, onde construiu uma igreja e ao redor da qual, surgiu o povoado Gameleira. Devido à influência protestante na região, outro fazendeiro doou parte de suas terras próximas ao povoado para a construção de uma igreja católica. E, foi em função dessas duas concepções religiosas, que surgiu a cidade de Cristinópolis. Seu nome deve-se à religião cristã de ambas as concepções.

Outro exemplo de ocupação da região foi a cidade de Palmelo, que teve sua origem em decorrência do espiritismo. Um centro espírita foi construído por um grupo de dezoito pessoas que se converteu ao espiritismo após obter a cura através da mediunidade espírita de Dorcelino Damásio da Silva, que sofria da doença de fogo selvagem (Pênfigo Foliáceo). Ao redor do centro surgiu um povoado e sua denominação – Palmelo – originou-se da Fazenda Palmela.

A referida fazenda pertencia ao Barão de Palmela (guarda-mor do Imperador D. Pedro II). Palmelo é conhecida como a “cidade espírita” e já recebeu artistas, políticos importantes no cenário nacional, assim como estrangeiros, principalmente, japoneses. Hoje, os centros espíritas já não têm a mesma força de antes e grande parte da população pratica outras religiões, como o catolicismo e o protestantismo. Em 1930, Pires do Rio emancipou-se de Santa Cruz e tanto o povoado de Cristianópolis quanto o de Palmelo passaram a Distrito de Pires do Rio. No entanto, em 1953 ambos os Distritos também se emanciparam.



No século XIX a agropecuária levou ao esvaziamento dos núcleos urbanos e os mesmos se tornaram dependentes da vida agrária. A agropecuária também propiciou uma mudança na relação de trabalho e na base proprietária – o trabalho livre substituiu o trabalho escravo e a posse da terra passou a significar riqueza e não mais o número de escravos. No período pós-mineração ocorreu um crescimento do número de fazendas e plantações, bem como da criação de gado. Pode-se observar a influência religiosa associada à atividade econômica, principalmente à fé católica, as festas dos padroeiros e, também, um significativo contingente de migrações oriundas de Minas Gerais e São Paulo.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil no início do século XX, alterou-se a configuração espacial do sertão. Goiás se integra ao mercado nacional, como analisou Barsanulfo Borges (1990), através da expansão da fronteira e do surgimento de novas vias de transportes como a construção da Estrada de Ferro. É por isso que:

As ferrovias são vistas como veículos de expansão do capitalismo e como elementos de modernização e integração da economia regional ocupando e incorporando áreas distantes à produção capitalista e, após sua implantação, redefinindo a divisão regional do trabalho suas linhas sinuosas, suas dificuldades em completar trajetos, o empenho de fração da classe dominante ligada a grupos oligárquicos interessados na modernização e na integração da economia regional ao mercado nacional e o apoio do capitalismo financeiro (BORGES, 1990, p. 55).

O gado tornou-se mercadoria de exportação em escala considerável em Goiás pelo fato de autotransportar-se. Já a agricultura se manteve em nível de subsistência pela falta de transporte. A construção da ferrovia propiciou uma nova dinâmica para Goiás e incorporou a economia do Sudeste seguindo o modelo descrito por Borges (1990). Assim é que a estrada de ferro passou a ser a principal via de comunicação entre o interior e o litoral, pois:

A ferrovia representava um significativo agente na transformação das estruturas regionais. Além de via de penetração estratégica na integração do Centro-Oeste, a ferrovia incrementou as relações comerciais inter-regionais e ampliou a inserção da produção agrária goiana na dinâmica capitalista do Sudeste (BORGES, 2000, p. 40-41).

A implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos, que despontavam no cenário regional. Ao mesmo tempo em que grupos contrários buscaram usar de sua influência para dificultar ou modificar o traçado, fazendo com que as lutas políticas fossem bastante evidentes em seu processo de construção e expansão, como destacou Borges (2000, p. 44), afirmando que “as políticas oligárquicas e os antagonismos de interesses locais também dificultaram o prolongamento da ferrovia, os



comerciantes locais empenhavam-se na luta para manter a estrada paralisada”. Em escala local, os políticos de Orizona que integravam a ala conservadora se opuseram ao traçado da ferrovia, não aceitando que ela passasse pela cidade. Com a forte oposição, o coronel Egerineu Teixeira doou parte de sua fazenda à ferrovia. Um novo traçado foi redesenhado e uma nova estação construída. Ao redor da estação surgiu o povoado de Egerineu Teixeira, pertencente até hoje ao município de Orizona com o nome de Distrito de Ubatan.

Ao redor da estação, próxima ao Roncador, surgiu um núcleo urbano denominado Pires do Rio em homenagem ao então Ministro de Viação José Pires do Rio, do governo de Epitácio Pessoa. Pires do Rio tinha apenas uma rua central chamada Rua do Fogo. Num depoimento tomado em 12/11/2015 do Senhor José Messias, que estava com 92 anos na ocasião, é possível visualizar o desenho do jovem município logo depois de sua emancipação, pela descrição do então jovem migrante paulista, recém-chegado a Pires do Rio em 1938, para exercer a função de chefe da Estação:

Quando cheguei aqui tinha algumas dezenas de casas e muito mato. As casas eram rústicas, o comércio era fraco, tinha uma escola, uma igreja católica de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, não tinha médico, só um farmacêutico que aviava receitas. Diante dessa realidade, compreendo porque minha família não queria que eu viesse para o sertão. A vida aqui era completamente diferente de São Paulo. O único movimento era o da ferrovia e dos tropeiros que de vez em quando passavam com suas boiadas. Com o tempo novas pessoas chegaram, vieram de São Paulo e Minas Gerais. Chegaram também muitos turcos que se estabeleceram como comerciantes. Trouxeram muita novidade para o comércio da cidade. Alguns fazendeiros mudaram para a cidade para por os filhos na escola. [...] o nome rua do Fogo era porque os tropeiros faziam parada aqui e à noite acendiam fogueiras e a rua ficava iluminada. Têm aqueles mais maliciosos que falavam que esse nome era devido à casa de tolerância que existia no final da rua. De qualquer forma, era por causa dos tropeiros, pois eles eram os maiores frequentadores da casa da dona Júlia.

A partir do depoimento do Senhor Messias, percebe-se que a pecuária sempre fez parte da história da região, assim como, a confusão secular com a nacionalidade dos migrantes árabes, por ele denominados turcos, mas que eram sírio-libaneses. Com a chegada da ferrovia, mudanças ocorreram na região, inúmeras estradas de rodagem foram construídas no início do ano de 1920 e convergiam para o terminal ferroviário, ligando várias cidades aos trilhos. Junto com as estradas surgiram as linhas telegráficas. A energia elétrica era fornecida por uma pequena usina construída no Salto do Rio Corumbá, próximo à cidade.

Alguns fatores contribuíram para que Pires do Rio se desenvolvesse e se destacasse em relação aos municípios vizinhos. Primeiro, foi a construção de Brasília, que promoveu um grande aumento no fluxo de pessoas e mercadorias que passavam pela cidade. A parada na Estação

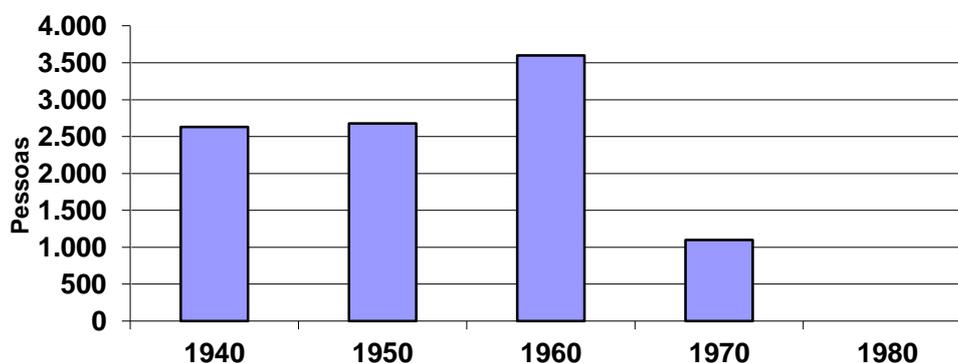


Ferrovária de Pires do Rio era obrigatória e às vezes demorada, o que dinamizava o comércio local. Segundo, foi a instalação do Frigorífico Brasil Central, que estimulou a pecuária de corte na região e a cultura de café, que resultou no surgimento de várias fábricas para beneficiar o café produzido na região. Mas o dinamismo da estrada de ferro não durou muito.

Com as políticas de governo nas décadas de 1960 e 1970 priorizando as estradas de rodagem e favorecendo a indústria automobilística, a ferrovia entrou em decadência e o fluxo de pessoas foi interrompido e o de carga diminuiu. Fato que pode ser observado no Gráfico 1, que mostra o fluxo de passageiro na Estação Ferroviária de Pires do Rio no período de 1940 a 1980. Há uma regularidade do fluxo de pessoas entre 1940 e 1950. Entre 1955 e 1960, o fluxo de cargas e pessoas aumenta por causa da construção da nova capital. De 1965 a 1970 ocorre uma queda significativa. As rodovias, a deficiência técnica das linhas, a falta de manutenção, a lentidão do transporte, foram fatores que contribuíram para o declínio do fluxo. Em meados da década de 1970, o transporte de passageiros foi desativado.

O governo alegou que o fluxo de passageiros não cobria os custos. As linhas para transporte de carga diminuíram. Com a privatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em 1996, a ferrovia Centro Atlântica, concessionária de transporte de carga, adquiriu 7.080 km de extensão, operando 685 km em Goiás e adotou uma nova política, investiu dois milhões de reais na ferrovia, desativou várias estações e demitiu 1.212 funcionários. A estação ferroviária de Pires do Rio hoje desempenha apenas a função de escritório da rede ferroviária e parte das instalações se transformou em museu.

Gráfico 1: Fluxo de Passageiros na Estação Ferroviária de Pires do Rio 1940-1980



Fonte: RFFSA de Pires do Rio/GO - Organizado pela Autora (2018)



A partir de 1960, a conjuntura internacional acelerou a divisão do trabalho. No Brasil foi reforçado o processo de industrialização agropecuária. Na década de 1980, com o esgotamento das regiões Sul e Sudeste, o Centro-Oeste, “configurou-se a partir de então, em uma região de fronteiras agrícolas, abertas aos fluxos migratórios, ao capital e a tecnologia intensiva, parâmetros esses definidos pelos processos da globalização da economia” (DUARTE, 1995, p. 17).

O município de Pires do Rio foi inserido neste contexto. Até a década de 1980 a economia baseava-se na produção de milho, arroz e café, pequena produção leiteira e na produção de gado de corte. Hoje, juntamente com a pecuária, há também a agroindústria de beneficiamento de soja e de frigorífico de aves. Estas atividades produtivas redimensionaram as relações políticas e econômicas do município. Famílias de migrantes paulistas e paranaenses compraram terras na chapada, denominação usada no Brasil para “as grandes superfícies, por vezes horizontais e a mais de 600m de altitude, que aparecem na região Centro-Oeste do Brasil” (GUERRA; CUNHA, 1998, p. 90). Essa região, assim designada, localiza-se nos municípios de Ipameri, Urutaí e Pires do Rio, que introduziram o cultivo da soja, milho, algodão, sorgo e girassol.

Nos anos de 1970 e 1980 foram implantados vários programas a fim de subsidiar a expansão da agricultura moderna em áreas de cerrado, que se encontravam inseridas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), dentre os quais podemos mencionar o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO). Outros programas foram lançados durante a década de 1980, a fim de implementar o processo de alteração da base técnica da agricultura nas zonas de cerrado, com destaque para o Programa de Financiamento para aquisição de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

O PRODECER foi implantado para direcionar a ocupação racional do solo, através da colonização agrária para a produção de grãos propiciados por incentivos fiscais. Resultou do financiamento da agência *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e do governo brasileiro. Quanto ao PROFIR, foi implantado para financiar a compra de equipamentos, teve início em áreas de Minas Gerais e, posteriormente, se estendeu para Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão e Piauí.

Vera Lúcia Salazar Pessoa (1988, p. 117) afirma que a escolha da área de cerrado ocorreu por causa de sua localização geográfica, privilegiada em relação ao Centro-Sul e à topografia de seus



terrenos planos ou de chapadas, que não apresentava nenhuma restrição à implantação da rede de transporte para facilitar o escoamento dos grãos. A atuação do PRODECER em Ipameri Campo Alegre, ao introduzir novos cultivos mecanizados como soja e sorgo, induziu também, vários produtores, principalmente, paulistas e paranaenses, que migraram para a região e ocuparam-se desse trabalho.

A expansão agrícola só foi possível devido à melhoria na infraestrutura, sobretudo, no que diz respeito à construção e pavimentação de estradas, ao aumento da capacidade de armazenamento, estabelecimento e expansão dos serviços de extensão rural, garantias de preços, subsídios às taxas de câmbio na importação de fertilizantes, produtos derivados de petróleo, tratores, caminhões e investimentos em pesquisas. Essas políticas, favoreceram a expansão da produção de grãos, principalmente, soja. A grande quantidade produzida no cerrado e a concessão de facilidades pelos governos estaduais às empresas agroindustriais para que implantassem unidades processadoras, provocaram o deslocamento de muitas agroindústrias instaladas no Sul e Sudeste para o Centro-Oeste. Fato visível na antiga Província de Santa Cruz de Goiás.

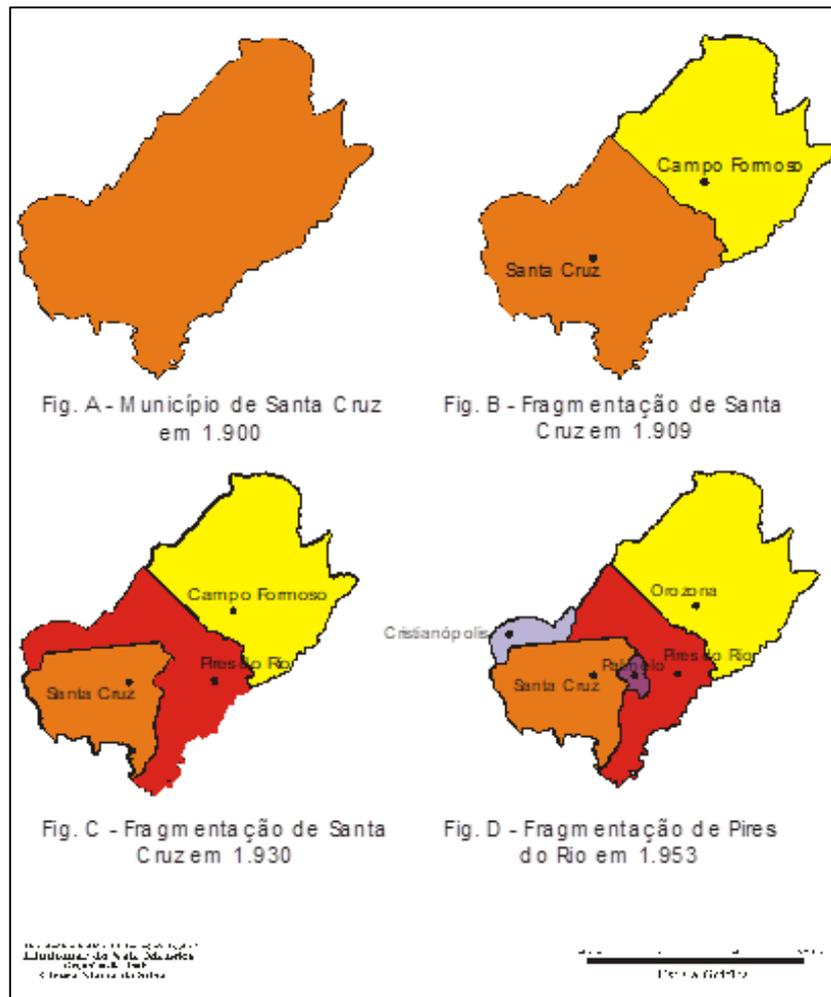
As contradições são grandes e em cada localidade a modernização agrícola apresenta especificidades. Estudar o processo de ocupação do sudeste goiano, tendo como exemplo a área pesquisada e as políticas estatais, somadas à própria lógica do capital, são de suma importância para a compreensão da fragmentação e reorganização do território em função das atividades econômicas que se desenvolveram no século XIX e XX em Goiás.

Fragmentação Territorial da Província de Santa Cruz

Pode-se observar na representação cartográfica (Figura 1) como o território foi se fragmentando à medida que novas famílias foram enriquecendo e ganhado notoriedade na região. A área estudada se configurava em área de atividade econômica importante em Goiás, várias divisões ocorreram no Período Imperial, produzindo por resultado a Província de Santa Cruz de 1822 a 1909. Em 1909 ocorreu a primeira divisão territorial do Período Republicano, que deu origem ao atual município de Orizona – conforme apontou-se anteriormente. Pode-se observar, a partir da análise da configuração do território do Sudeste Goiano foram sendo ocupados e aos poucos adaptados às necessidades capitalistas e políticas da região.



Figura 1: Município de Santa Cruz e sua Fragmentação



Foi dessa forma, que a expansão da ferrovia fez surgir a cidade de Pires do Rio, juntamente com o nascimento da nova localidade, trouxe o desenvolvimento econômico e o fortalecimento político de uma classe dominante, mobilizada em prol de seus interesses consegue a emancipação da localidade em 1930, surgindo um novo município denominado Pires do Rio. Com isso Santa Cruz de Goiás perdeu mais uma parte de seu território. Além da localidade que deu origem à cidade, os povoados de Palmelo e Cristianópolis passaram a ser distritos de Pires do Rio, tornando-se, posteriormente, municípios independentes a partir de 1953.



Considerações Finais

A ocupação da área resultou do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Com a mineração surgiu a cidade de Santa Cruz de Goiás, sua organização territorial com sua arquitetura expressando o período colonial no Brasil. Muito da sua história já se perdeu, mas, ainda, há muitos documentos que podem ser estudados e que serviram de apoio e embasamento teórico para que compreender esse momento histórico.

Com a expansão da pecuária e a agricultura, juntamente com a religião surgiram novos núcleos urbanos, como Orizona, Palmelo e Cristinópolis, cada um em função de uma religião: catolicismo, protestantismo e espiritismo. Essa influência religiosa despertou o interesse por um estudo minucioso, mas fugiria da proposta deste trabalho. As atividades produtivas e as relações especificamente capitalistas, geradas com a chegada da frente pioneira através da ferrovia deu origem a novos núcleos urbanos e, entre eles, Pires do Rio. A ferrovia representava a modernização e do ponto de vista dos interesses capitalistas, a integração produtiva e territorial.

No período de 1940 a 1970, Pires do Rio desenvolveu-se em função do comércio, do cultivo de café e da pecuária de corte. A crise do café na década de 1970, levou os produtores a substituírem a plantação de café pelas pastagens. E, posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, a soja e milho passaram a dividir espaço com as pastagens. Em 1980 a área estudada é inserida no processo agroindustrial. A nova organização do sistema produtivo é estruturada com base no sistema integrado e regida por contratos específicos, dos quais fazem parte grandes empresas do ramo e pequenos produtores rurais. Ficam evidentes as multiplicidades de agentes inseridos no processo de ocupação do território no decorrer tempo e que desempenharam um papel significativo na organização territorial desta área em cada momento do processo de construção e estruturação do sistema capitalista em Goiás.

Referências

- ANDRADE, M.C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: IPESP/Hucitec, 1995.
- ATAÍDES, J.M. A chegada do colonizador e os kayapó do sul. In: MOURA, M.C.O. (Org.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006.
- BORGES, B.G. **Goiás nos quadros da economia nacional**. 1930-1960. Goiânia: UFG, 2000.
- BORGES, B.G. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: UFG, 1990.



DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L.S. **Tristes cerrados: sociedades e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

GUERRA, A.T.; CUNHA, S.B. (Orgs.) **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia do Município**. Rio de Janeiro, 1953.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia do Município**. Rio de Janeiro, 1968.

MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997.

PESSOA V.L.S. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba/MG**. 1988. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro/SP, 1988. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/teses/vera_lucia_salazar_pessoa.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

RFFSA. **Registros da Estação Ferroviária de Pires do Rio**.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record. 2001.